

A questão do Standpunkt na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política.

Antônio José Lopes Alves*

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo explicitar o sentido preciso da categoria *Standpunkt* (*posição*), conforme esta aparece na elaboração teórica marxiana de maturidade, em especial na sua *Crítica da economia política*. Objetiva-se trazer à tona sua importância central para o entendimento do complexo da determinação social do pensamento, o modo como Marx delimita a pressuposição da efetividade societária que condiciona as expressões ideais. Nesse sentido, a *posição* assim determinada não se identifica com um posicionamento de talhe subjetivo eletivo, contido na forma de seu entendimento como *ponto de vista* individual. Trata-se antes de um dado ângulo social que posiciona, ampliando ou restringindo o escopo das formações ideais – aí incluídas tanto as ciências quanto a ideologia – por meio das quais se compreende, se ajuíza e se explica a realidade. O caso particular abordado neste artigo é o exame marxiano do debate em torno da determinação conceitual de *trabalho produtivo/improdutivo* ocorrido entre os diferentes autores e correntes da economia política. Marx demonstra o pressuposto social objetivo de tal querela, a oposição interna ao capital como forma social entre, de um lado, as *personae* do capital industrial, e, de outro lado, aquelas cuja forma de apropriação do mais-valor criado na produção se dá sob a forma da renda (renda da terra e juros). Ficando assim a classe efetivamente produtiva (os trabalhadores assalariados que trocam *força de trabalho* por *capital*) à parte da tematização. Tal modo de apresentação e de discussão do problema não se origina apenas de fatores e determinações internos à lógica da cientificidade, mas, principalmente, do desenvolvimento das formas econômicas próprias ao capital, como o capital a juros, por exemplo, que passam a expressar-se como formas de consciência àquelas correspondentes.

Palavras-chave:

Marxologia, Crítica da Economia Política, Cientificidade, Standpunkt, Trabalho Produtivo.

The question of the Standpunkt in the marxian scientificity: the quarrel about the productive work in political economy

Abstract:

This article aims to explain the precise sense of category *Standpunkt* (*position*) as it appears in Marx's theoretical development of maturity, especially in his Critique of Political Economy. It aims to explain its character of central importance for understanding the complex social determination of thought, how Marx defines the assumption that determines the effectiveness of corporate expressions ideals. In this sense, the position thus determined is not identified with a elective subjective *point of view*, listed in order of their interpretation as individual point of view. Rather it is a given angle of social positioning, expanding or narrowing the scope of training ideals - then included both the science and ideology - through which to understand, and do you judge if it explains the reality.

The particular case discussed in this paper is the examination of the Marxian debate over the determination of conceptual *productive/unproductive* labor occurred among different authors and currents of political economy. Marx demonstrates the assumption of social order such dispute, domestic opposition to the social capital as a way between, on one hand, the personae of industrial capital, and on the other hand, those whose form of appropriation

of surplus-value created in production occurs in the form of rent (ground rent and interest). Thus, the effectively productive class (the workers who exchange *workforce* for capital) stay apart from the thematization. This mode of presentation and discussion of the problem stems not only from internal factors and the determination of scientific logic, but mainly on account of the development of affordable ways to own capital, as the capital interest, for example, bringing the express themselves as those corresponding forms of consciousness.

Key words:

Marxology, Critique of Political Economy, Scientificity, Standpunkt, Productive Labor.

* Professor da UFMG, mestre em filosofia/UFMG, doutorando em Filosofia/Unicamp. Membro do Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes.

O presente artigo tem como objetivo explicitar o sentido preciso da categoria *Standpunkt* (posição), conforme esta aparece na elaboração teórica marxiana de maturidade, em especial na sua *Crítica da Economia Política*, tema que faz parte de pesquisa de doutoramento recentemente concluída, *A Cientificidade na Obra Marxiana de Maturidade: uma teoria das formas de ser*. Frequentemente vertida por *ponto de vista*, ou assemelhados, nas mais diferentes versões de tradução, essa categoria desempenha papel central na análise que Marx produz acerca de diversos autores e correntes teóricas, científicos e/ou filosóficos. A esse respeito, é importante ressaltar a impropriedade de trasladar esse conceito como predominantemente se faz, pois pode dar a ideia, incorreta, de que se trata da referência crítica aos modos subjetivos de considerar uma questão ou assunto, de, por assim dizer, *um olhar* eletivo. Em absoluto Marx indica essa acepção quando usa o termo *Standpunkt*, mas, ao contrário, tem em mira a determinação do *locus* social da cientificidade que, como veremos à frente, fornece uma *angulação societária* (cf. Chasin, 2009, pp. 107-21) a partir da qual se constroem e se modulam a prática e o discurso científicos.

O primeiro ponto a destacar acerca da questão da validade de uma teoria na reflexão marxiana é que a apropriação conceitual dos nexos principais e mais determinativos da realidade social não depende tão-somente dos elementos do processo científico, tais como o reconhecimento da objetividade por-si da coisa examinada e a execução dos procedimentos adequados arrimados no primeiro. Além dessas componentes diretos do processo do conhecimento, para Marx, exerce um papel determinante a realidade social efetiva na qual a ciência é produzida. Compreendida majoritariamente como variável apenas, ou preponderantemente, limitante em certas correntes de pensamento social, a *determinação social do pensamento*, no âmbito da reflexão marxiana possui, a este respeito, um sentido distinto. Determinação pelo tempo social que condiciona, possibilitando ou impedindo, a aproximação científica da realidade, delimita o espaço de movimentação do investigador. Instância delimitadora da atividade cognitiva, mas que pode evidentemente adstringi-la, obstando o acesso às determinações mais importantes ou essenciais de dado processo, esta foi quase sempre abordada unilateralmente como véu que, engendrado deliberadamente ou não, encobre a realidade e produz modos falsos ou falsificados de consciência da efetividade social. Esse foi, *grosso modo*, o tom que conduziu as diversas *teorias da ideologia* que se pretenderam construídas tendo o legado marxiano por herança. Exames cuidadosos realizados sob o lema do *Retorno a Marx*, na década passada, se não afastaram ao menos tornaram problemática a ancoragem teórica da concepção de ideologia como *falsa consciência*, ou mesmo a propositura de uma *teoria geral da ideologia*, a partir da reflexão filosófica e científica de Marx (Cf. Vaisman, 1996).

Em vez de uma *teoria da falsa consciência*, em Marx, o que se observa é a identificação das pressuposições reais de natureza histórico-social que determinam não somente as posições ideológicas, *pelas quais os homens conscientizam-se (bewußt werden) deste conflito e nele lutam {ihn ausfechten}* (Marx, 1971, p. 9), mas igualmente a própria produção científica. As relações existentes entre as *formações ideais* e a efetividade social que naquelas se expressa constitui um desdobramento teórico da identificação da prioridade determinativa da consciência pela vida real e não uma teoria sociopolítica das mediações ideais da dominação. Nesse sentido, todas as formas de consciência expressam cada uma a seu modo, e segundo as conexões existentes entre a vida de indivíduos e grupos com a forma histórico-concreta da interatividade societária, o modo de viver e os desafios nele implicados de uma determinada época ou situação social. Por conseguinte, ainda que se resguarde a *differentia specifica* que determina uma dada forma de consciência frente às demais, pode-se perceber como ciência e ideologia constam de um mesmo conjunto de expressões ideais dos enfrentamentos concretos dos indivíduos sociais com seu mundo e com a própria totalidade da realidade.

É nesse contexto que se colocam as diversas observações marxianas acerca da determinação social na qual se subsume a própria cientificidade de sua época, em especial, o caso do desenvolvimento da economia política como disciplina científica. Uma dessas indicações críticas, talvez a mais célebre, seja a contida em *O Capital*, no posfácio à 2ª edição, acima examinado. Na análise em questão se debruça sobre os rumos e descaminhos da economia política na Alemanha:

(...) no momento onde na Alemanha a produção capitalista atingia sua maturidade, as lutas de classe já haviam, na Inglaterra e na França, revelado *{offenbart}* ruidosamente seu caráter antagonístico; enquanto isso, o proletariado alemão tinha preparado uma muito decidida consciência teórica de classe *{bereits ein viel entschiedneres theoretisches Klassenbewußtsein}* assim como a burguesia alemã. Assim que uma ciência burguesa da economia política parecia aqui possível, esta havia se tornado novamente impossível (Marx, 1998, 23, p. 15).

Exposição que sumariamente aponta e destaca o papel determinante do *Standpunkt* na produção da ciência, delimitando como as transformações de natureza histórico-social no modo de produção capitalista reverberaram na compreensão científica da produção da vida. Sob o caminho epistêmico que vai da imparcialidade científica de Ricardo ao viés apologético e sicofanta da *economia vulgar*, tem-se o desenvolvimento e complexificação crescente das formas de ser reais da produção e da extorsão do mais-valor na Inglaterra, com a acomodação correspondente destas em figuras jurídicas e estatais. O caso alemão, ainda mais complicado, padece de um anacronismo essencial,

oriundo das vicissitudes particulares do desenvolvimento do capitalismo germânico o qual, obviamente, não requereu nem permitiu sincronicamente a expressão científica de relações reais ainda inexistentes. Permaneceu sempre a reboque e no retardo com relação aos desenvolvimentos do capital nas sociedades onde este vigorava já como forma acabada ou em acabamento da produção e da sociabilidade. O que teve consequências sérias na apreensão científica da realidade social. Quando a realidade central do capital permitia e exigia sua compreensão científica minimamente válida, não se punha ainda efetivamente na Alemanha; quando o era, na segunda metade do século XIX, as condições de ponta da cientificidade não mais existiam na Inglaterra. Os interlocutores não eram mais Smith, Ricardo, mas o que Marx denomina *economia vulgar*. Tendo como resultante patética não a aproximação propriamente científica das formas de ser do capital, mas apenas a repetição incompetente das fórmulas empiricistas de alhures, as quais, na melhor das hipóteses, apenas refinavam o senso comum prático dos homens de negócio ingleses.

Menos referido é o caso em que, a partir do exame crítico da querela acerca da determinação da categoria *trabalho produtivo* em oposição à do *trabalho improdutivo* na economia política, Marx desvela por assim dizer a *base ideológica* da própria questão da produtividade do trabalho:

Em Destutt [de Tracy] manifesta-se exatamente *{tritt es recht hervor}* – o que já se dá em Smith – que o aparente enaltecimento *{Verherrlichung}* do trabalhador produtivo é de fato o enaltecimento dos *capitalistas industriais* em oposição aos *Landlords* e aos *such monied capitalists*, os quais vivem apenas de seus rendimentos *{Revenue}* (Marx, 1993, 26.1, p. 242).

O debate científico em torno da categoria *trabalho produtivo* se situa, antes de tudo, no interior da luta travada, durante o processo de consolidação do modo de produção do capital, entre as *persona* do capital, propriamente ditas, de um lado, e os proprietários fundiários, bem como aos representantes do capital a juros, de outro. Não se trata de uma análise a partir do *Standpunkt* dos sujeitos reais da produção, da classe dos indivíduos que alienam uma capacidade de trabalho como *força de trabalho* ao capital, mas daquele dos representantes das formas da propriedade privada. O que pode ser igualmente verificado quando da análise marxiana do pensamento de Destutt de Tracy no que tange à questão da origem em primeira instância do lucro, do qual a renda – da terra e do dinheiro – aparece como uma dedução. A fonte do lucro, o mais-valor extorquido pelos capitalistas industriais aos assalariados, aparece remetido diretamente aos proprietários e não aos produtores efetivos. O mais-valor surge, ainda que por vias tortas, como produto da reprodução ampliada do valor das condições, da produção. No entanto, tal reprodução se entende como operada não pelos assalariados, mas sim pelos proprietários que *põem em movimento {in Bewegung setzen}* os seus capitais por meio de trabalho alheio (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 242). A analítica da produção mesma do mais-valor não é então empreendida. O elemento de efetivação do mais-valor, e, posteriormente, do lucro propriamente dito, a atividade concreta do trabalhador assalariado no interior do processo de valorização, não comparece senão como mera mediação do “trabalho” do capitalista. O diagnóstico que procede da argumentação marxiana não tem um caráter limitadamente epistêmico ou gnosiológico, atinente apenas aos modos – pertinentes ou não – da cientificidade, mas os supera, indicando os problemas do discurso científico como expressão, porquanto revelam, ainda que inconscientemente, as “contradições que em seu conjunto constituem a essência da produção capitalista” (*Widersprüche zusammen, die das Wesen der kapitalistischen Produktion ausmachen*) (Marx, 1993, 26.1, p. 251). A forma predominante ou prevalecente da cientificidade social é entendida como correspondente ideal da forma – e das contradições – da própria sociabilidade que por esta é explicada. A natureza contraditória da produção de riqueza na qual os efetivos agente e atividade dela não se apropriam se expressa como enviesamento da argumentação, a exposição do processo não a partir de seu elemento de realização real, o trabalho produtor de mais-valor, mas do apropriador do mais-valor.

Páginas à frente, a crítica marxiana novamente aborda essa proximidade quando enfrenta analiticamente o sentido efetivo da segunda distinção smithiana entre trabalho *produtivo* e *improdutivo*. Nesse passo, Marx discute o fundo mercantilista da argumentação acerca da durabilidade dos produtos como caráter da produtividade do trabalho, indicando a volta ou a permanência do entesouramento, agora *na forma de uma de acumulação, mas daquela real (in der Form der Schatzbildung, sondern der realen)* (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 276), de uma reprodução de valor. A produtividade do trabalho é conferida então pela possibilidade do consumo de seu produto pôr, virtualmente, uma mercadoria de valor maior que o nela contido. Aspecto essencial esse que, além disso, já está contido na própria determinação do capital como tal, uma vez ser este elemento que põe a riqueza numa dada forma de existência, como mercadoria/mais-valor, e que é posto continuamente por este mesmo processo. Movimento de valorização, de reprodução do valor, que se impõe como regra ao desenvolvimento mesmo das condições objetivas de produção e das forças produtivas de um modo geral. Dessa maneira, a reprodução das próprias forças produtivas – seu incremento, sofisticação e melhoria – aparece objetivamente como desenvolvimento ampliado das pressuposições do capital:

Vimos não somente como o capital produz, mas que este mesmo é produzido e que este emerge {*hervorgeht*} do processo de produção, desenvolvendo-se neste mesmo, como uma relação essencialmente modificada. Por um lado, este dá forma ao modo de produção {*gestaltet es die Produktionsweise um*}, por outro lado, é essa figura modificada do modo de produção e a um nível {*Stufe*} específico de desenvolvimento das forças produtivas materiais o fundamento e a condição – a pressuposição de sua própria configuração {*Gestaltung*} (Marx, 1993, 26.1, p. 365).

Ademais, por essa via Marx pode então esclarecer a aparência da produção pelo capitalista apontando a duplicidade real da sua figuração social. De um lado, proprietário capitalista privado das condições objetivas da produção, e por isso apropriador efetivo do mais-valor, *capital personificado* (*personifiziertes Kapital*), deve buscar ampliar mais e mais a obtenção e a apropriação do *surplus* do valor. De outro lado, como *mero funcionário do capital* (*bloßer Funktionär des Kapitals*), *persona* que medeia a produção do capital, deve privilegiar o valor, e neste o mais-valor, e não propriamente o valor de uso da produção, por este motivo deve buscar o aumento da *abstrakten Reichtums*, a *apropriação crescente do trabalho de outrem*. Aqui se encontra a raiz inclusive da temática da *poupança privada* como *virtude econômica* do capitalista. Ainda que, *au fond*, em virtude da determinação preponderante do capital – reproduzir e acumular ampliamente – à qual ele está sujeito como indivíduo ou grupo social, sua figura real em muito se aproxime do avaro clássico. Não no sentido imediato do entesouramento simples, da coleção de bens ou dinheiro, mas como acumulação de capital, a que todas as formas de atuação e controle devem subsumir-se (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 253). Duplicidade de *persona* que é então determinada pela forma social da produção e não pelo costume, pelo “egoísmo natural” ou por qualquer receituário moral. Forma de aparição da *persona* do capital que se estabelece assim em virtude da própria determinação das relações sociais nas quais transcorre a conexão efetiva entre capital e trabalho. No curso daquelas o trabalho vivo e todas as forças de objetivação e qualidades são absorvidos ao capital e subsumidos a este como *seus* elementos constitutivos e inerentes. Processo de assimilação real e contínua que redunde no aparecimento da figura societária mesma do capitalista como *trabalhador produtivo*, porquanto a partir dela se efetive e, por conseguinte, personifique-se a relação social *capital*. O desenvolvimento sem peias do processo capitalista de produção de riqueza faz com que, na proporção em que essa assimilação da força produtiva do trabalho vivo pelo capital se fixe como verdadeiro *nomos* da produção, a identificação do capitalista, do apropriador, como produtor se fortaleça e se imponha quase como uma evidência natural. O que dá azo ao surgimento, no nível tanto da percepção imediata quanto do entendimento, de um tipo de *fetichismo* em torno da própria pessoa do capitalista. Posição ideal essa que não deriva necessariamente de má-consciência deliberada dos seus elaboradores, mas expressa igualmente um dos resultados do desenvolvimento histórico da sociabilidade própria ao capital.

A esse respeito, momentos mais à frente, quando examina polemistas da teoria smithiana, Marx ressalta, contra estes últimos, o fato de pertencerem ao *Standpunkt* histórico dos *capitalistas cultivados* (*gebildeten Kapitalisten*). Aqueles autores, diferentemente da crua e franca brutalidade científica do pensador escocês, partem do sujeito *em geral* da produção, o *Homem*, e não dos indivíduos reais, contrapostos em classes pela divisão social do trabalho. Nesse diapasão, costumam *reconbercer* (*anerkennen*) todos os ofícios, e seus efetadores, que de alguma maneira interferem na produção do humano em geral como *produtivo* (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 260). No fim das contas, a polêmica empreendida contra a distinção *produtivo/improdutivo* redunde em tornar – discursivamente – tanto os proprietários do capital, os quais prestam um “serviço” ao comandar o processo de extorsão do mais-valor, quanto o dos “servidores” remunerados pela renda, como tão ou mais produtivos que os trabalhadores que trocam força de trabalho pela parte variável do capital.

Esse aspecto da questão reaparece quando a análise marxiana se volta a Rossi e a sua distinção entre trabalhos *diretos* e *indiretos* com relação à produção material. Nesse caso em especial, Marx ressalta o lado diretamente apologista e pragmaticamente interessado da argumentação dos teóricos que, sustentando haver uma conexão indireta – mas pretensamente essencial – entre seu ofício e a produção efetiva da riqueza capitalista, buscam justificar sua própria remuneração. Nesse sentido,

Ele se põe em separado na divisão do trabalho, como essas diferentes operações se repartem entre pessoas e da qual o produto, isto é a mercadoria, é o resultado do trabalho cooperativo destas, não de um indivíduo entre estes. Mas a grande preocupação dos trabalhadores “espirituais” à la Rossi é justificar {*rechtfertigen*} a grande *share* que eles encampam {*beziehen*} da produção material (Marx, 1993, 26.1, p. 267).

A respeito da posição smithiana, em contraste com aquela que caracterizará os autores da economia vulgar, Marx ressalta ser a primeira expressa na *linguagem da burguesia ainda revolucionária, que não submeteu ainda a si toda a sociedade, o estado etc.* (*Sprache der noch revolutionären Bourgeoisie, die sich die ganze Gesellschaft, Staat etc., noch nicht unterworfen hat*) (Marx, 1993, 26.1, p. 273). Ou seja, é Smith expressão de uma classe burguesa em ascensão, revolucionária, num momento em que ainda não se encontravam submetidas a leis nem as mediações sociais capitalistas nem

as ações do estado a estas necessárias. Daí a ojeriza do economista clássico aos gastos estatais, por estes não significarem produção de valor, mas apenas apropriação e dissipação da riqueza produzida nos nichos societários propriamente econômicos. Os quais podem ser admitidos somente enquanto *servants* do interesse público, do bom andamento da sociabilidade do capital – ou, como Marx mesmo o nomeia, *Interessen der produktiven Bourgeoisie* –; por isso devem ser reduzidos ao mínimo necessário e eficiente. São *faux frais de production* e não investimentos ou inversões de capital. Smith entende sob essa rubrica (*improdutivo*) todas as *ocupações transcendentais* (*transzendentent Beschäftigungen*), bem como aquelas que nada têm que ver direta ou indiretamente com a organização da política e do estado (Cf. Marx, 1993, 26.1, idem). Smith se situa deste modo no *Standpunkt* propriamente moderno, capitalista, não obstante em sua fase de emergência, porquanto sua argumentação de saída se distancie igualmente tanto daquele da Antiguidade quanto daquele outro que caracteriza em vários pontos a reflexão científico-filosófica do tempo da monarquia absoluta ou *constitucional-aristocrática*. No âmbito do primeiro caso, o trabalho diretamente produtor da riqueza material propriamente dito ainda carrega o estigma (*Brandmal*) da escravidão. Enquanto no segundo, seus porta-vozes teóricos sustentavam a existência dos gastos dos “ociosos” como elementos necessários à produção de riqueza.

Frente e contra essa posição originária, a análise marxiana situa a da burguesia agora em sua fase de consolidação como classe social efetivamente dominante, como *persona* da forma social de produção do capital. Nesse novo momento, os antigos óbices se transmutaram em elementos constitutivos de seu poder social politicamente expresso. Assim, o estado, com todo o seu conjunto de funções e toda a sorte de ônus, é reconhecido como meio orgânico de manutenção de seu domínio societário frente à ameaça representada pela emergência das *personae* do trabalho propriamente ditas que confrontam a burguesia “produtiva” exigindo para si o título de *produtivas*. Nesse contexto histórico-social, as funções relativas ao exercício das leis aparecem portando o talhe de necessidade interna e são assim compreendidas pela economia política. Aliada a isso surge uma série de outras modalidades de produção intelectual e ideológica que aparecem no horizonte como momentos necessários da vida burguesa e de seu predomínio, os quais cumpre provar sua produtividade econômica.

A doutrina ideológica do *estado mínimo* se assenta, portanto, na percepção cientificamente fundamentada de que tais préstimos de serviço constituem frente àquelas atividades efetivamente produtivas *faux frais de production*. Cabendo, assim, reduzir a presença desses no cômputo do capital a um mínimo necessário. Relação com as formas de atividade em segunda potência que, nem no terreno da efetividade nem naquele ideal, será possível manter, dado o talhe contraditório imanente às categorias do capital. Caráter antagônico das relações sociais que imporá mais e mais a restauração do conjunto do trabalho improdutivo como um todo, incluídas aí as atividades *parasitárias*, bem como o superdimensionamento daquelas indispensáveis (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 145). O agigantamento do estado e de seu séquito de relações e procedimentos improdutivos está posto como necessidade interna ao capital, com a qual convive em permanente contradição, apesar do que possa parecer no nível puramente ideológico ou cotidiano.

No limite, abstraído-se teoricamente a questão da determinação formal, da forma de ser particular da atividade produtiva no capital, dever-se-ia admitir, por que não, a figura do criminoso como efetivamente *produtiva*. Marx, num dos momentos mais inspirados e curiosos dos *Anexos* às *Theorien über den Mehrwert*, chama a atenção analiticamente para essa consequência do modo de enfrentar o problema da produtividade do trabalho. Tomando-se o tema a partir da pura determinidade imediata da *produção em geral*, a atividade criminosa pode muito bem revelar-se inclusive como mais produtiva, do *Standpunkt* do processo produtivo direto, que boa parte das funções não pertencentes à produção material e frequentemente reconhecidas como tais pela *economia vulgar*. Pode-se mesmo enumerar uma série demasiado extensa de efeitos e reverberações objetivas que a ação do criminoso produz para e sobre a esfera da produção de riqueza; tanto no que concerne ao conjunto de dispositivos dirigidos à efetuação daquela, quanto àqueles destinados à proteção e salvaguarda da propriedade privada em geral:

O criminoso produz, além disso [dos seus próprios delitos], toda a polícia e a justiça criminal, o esbirro, o juiz, o carrasco, os jurados etc.; e todos estes diversos ramos profissionais, os quais constituem igualmente diferentes categorias da divisão social do trabalho; desenvolve diferentes faculdades do espírito humano, criando novos carecimentos e novos modos de satisfação destes (Marx, 1993, 26.1, p. 363).

Esse complexo de posições concretas, o crime, tem implicações que extravasam mesmo o terreno das interações imediatas com a riqueza e a propriedade. Gera todo um contexto social que se expressa idealmente – e também ideologicamente – nas formulações intelectuais – filosófico-científicas e estéticas – nas quais a sociabilidade se espelha e pode observar no nível do entendimento e da sensibilidade o quadro de experiências surgido das suas próprias relações sociais. Nessa parte do manuscrito, intitulado *Digressão* (*Abschweifung*), Marx desdobra a figura do criminoso como esta foi reconfigurada na história da literatura, no engendramento de tipos e personagens, bem como no de formas de narrativa e de concepção estilística (Cf. Marx, 1993, 26.1, pp. 363-364). Movendo-se já no terreno circunscrito pelo estabelecimento do domínio social incontrastável das *personae* do capital como

classe, a economia política vulgar não pode senão reproduzir sob uma forma reflexiva a massa dos pré-juízos predominantes – preconceitos esses baseados na sacralidade da propriedade privada dos meios de produção da vida humana – e preterir arbitrariamente a figura do criminoso moderno, tão correspondente a si quanto a do financista ou do arrendatário, no curso do debate sobre a produtividade do trabalho. Não por acaso, Marx refere Mandeville e sua tematização acerca do papel do mal e da perversão como estímulos ao progresso, ao comentar a posição abstrata da economia política. Expressão intelectual do período feroz da ascensão da burguesia ao poder, 1705, pôde esse autor ainda apontar, intuitivamente, a conexão que ata os momentos deletérios àqueles “normais” da vida social moderna (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 364).

O caso da *Vulgärökonomie* atinge tal gravidade que Marx, em dado momento dos *anexos*, denuncia o comprometimento de seus representantes com a sustentação do domínio instaurado pelas *personae* do capital. Os autores da economia vulgar, ao procederem à identificação da relação entre capital e trabalho reduzindo-a à determinidade formal – trocas simples de mercadorias –, fazem-no “precisamente a fim de vir a fraudar a relação específica” *{gerade um das spezifische Verhältnis wegzuschwindeln}* (Marx, 1993, 26.1, p. 382). A perda da condição de objetividade em função do novo *Standpunkt* histórico encaminha a cientificidade do capital à escamoteação e à apologética. A propositura da universalidade do caráter produtivo a todo e qualquer intercâmbio de dinheiro por trabalho, compreendido abstratamente como *prestação de serviços*, redundando na total perda da possibilidade de especificação da relação social capital como tal. A conexão social não é mais entre capital e trabalho, meramente a da pura permuta de mercadorias.

Outro momento importante da determinação social do pensamento, com relação a esse tema em particular, diz respeito à preponderância das categorias que descrevem a forma da atividade produtora de mais-valor nas formações ideais que expressam o modo de produção do capital. Predomínio que tem sua raiz no fato de que a *determinidade social [econômica] (ökonomische gesellschaftliche Bestimmtheit)* de a produção estar a tal ponto *fundida (zusammengewachsen)* com a forma objetiva, material, dos próprios meios de produção (Marx, 1993, 26.1, pp. 383-384). Ou seja, há um motivo objetivo, efetivo, real que determina a prevalência de dados modos de expressão ideal, não se resumindo apenas, e não principalmente, a um mero *déficit* cognitivo ou epistêmico. Assim, a utilização desmedida de categorias cujo contexto determinativo é bem estreito como noções gerais acerca do modo de produção, não obstante inclua um lado ou uma tendência apologéticos, deve ser entendido também como indicativo do grau de desenvolvimento do modo de produção específico e das formas sociais de existência atual que lhe são correspondentes. Nesse diapasão, a forma social capital, ao tornar-se o momento preponderante da produção, faz com que a “separação apareça como a relação normal nessa sociedade” *{Trennung erscheint als das normale Verhältnis in dieser Gesellschaft}* (Marx, 1993, 26.1, p. 384). Essa forma social se baseia no afastamento das condições objetivas de produção, tornadas por esse meio capital, em relação aos produtores efetivos, os trabalhadores assalariados; surge como conexão *normal*, ou até mesmo “natural”, pertencente à natureza particular dos meios de produção como puros resultados de trabalho anterior, como meros *quanta* de trabalho objetivado.

Como se vê, a crítica marxiana da economia política, no caso, da determinação *trabalho produtivo/improdutivo* de Smith, mais que revelar a “derrapagem” conceitual – aquela do nível formal para o imediato –, apresenta também tanto o caráter histórico-social quanto aproximativo do conhecimento científico. Nas relações intrincadas de anterioridade e ulterioridade entre autores e correntes, ocorre um constante deslocamento categorial que se observa dos mercantilistas a Smith, passando pela fisiocracia, no decorrer do qual se verifica a obnubilção do valor pela sua forma de apresentação. O que demonstra como a objetividade é uma conquista de determinado *posicionamento*, e não dependente apenas da eleição de uma metodologia “válida”. Posição científica analiticamente orientada que discerne no todo de determinações da *coisa*, aquela que se põe como o *momento preponderante*. Da percepção da riqueza sob a *pura forma fantástica (bloß phantastische Form)* como metais preciosos àquela do valor da mercadoria (Cf. Marx, 1993, 26.1, p. 145) dista um caminho de tematização que vai do aspecto aparente da realização da produção/valorização à determinação do *trabalho* como substância do valor. O que não impede, dado o *Standpunkt* da própria ciência da riqueza, que retorne ao modo de aparição – objetivação numa mercadoria *durável* –, fazendo perder de vista a determinação essencial de caráter *formal* – a inserção necessária da atividade num quadro de relações – ou a forma do trabalho como produtor de capital. Determinação formal que pode apresentar-se como imperecível no curso de suas metamorfoses, na figura de ouro e prata.

A posição do problema da determinação do trabalho produtivo exemplifica o teor das considerações marxianas, na medida em que indica a correspondência do desenvolvimento da polêmica com aquele do próprio modo de produção do capital. No momento de consolidação das relações tipicamente capitalistas, com o conseqüente estabelecimento da expressão jurídica destas, a abordagem da economia política encaminha a teorização na direção de englobar toda a série de atividades como *produtivas tout court*. Contrapostas à versão clássica, as correntes subsequentes obraram por apagar as fronteiras categoriais, traçadas pela determinação formal, e passaram a fazer constar sob aquela rubrica virtualmente todas as categorias de ofício antes excluídas – formal ou materialmente – pelo pensamento econômico anterior. À identificação do sistema produtivo do capital como *natural* correspondeu, no desenvolvimento de sua forma ideal e científica, a colocação de todas as classes requeridas

por este – imediata ou imediatamente – como *produtivas*. Desenvolvimento histórico do modo de produção no decurso do qual foram sendo assimiladas esferas de produção antes não diretamente vinculadas à criação de riqueza como força produtiva, notadamente as *positiven Wissenschaften*. Tornou-as parte integrante e constitutiva do sistema de produção, convertendo-as em momento da totalidade da produção de riqueza, mediante a utilização do conhecimento científico na maquinaria e na manipulação de propriedades químicas e físicas dos materiais. Operação de assimilação que teve como contrapartida ideológica a pretensa demonstração científica que

(...) se obrigava assim a enaltecer e justificar *{verberrlichen zu müssen und rechtfertigen}* cada uma das esferas de efetivação *{Wirkungssphäre}*, demonstrando que ela “se relacionava” *{„im Zusammenhang“}* com a produção da riqueza material – como meio para esta – e com isso apressava-se a fazer de cada um seu “trabalhador produtivo” no “primeiro” sentido do termo, a saber, um *labourer*, que está a serviço do capital que trabalha *{des Kapitals arbeits}*, de um modo ou outro seja útil ao seu enriquecimento etc. (Marx, 1993, 26.1, p. 146).

O juízo ou avaliação de cientificidade produzidos na análise marxiana dos diversos autores e correntes da economia política é parametrizado pela identificação do grau de aproximação ou distanciamento que as proposituras têm com relação à determinação formal, à *differentia specifica*. Delimitação denominada como propriamente *econômica* num sentido de todo distinto daquele usualmente propugnado e exercitado na economia como ciência particular. Determinação econômica remete não a um reducionismo a *fatores*, nem à tradução economicista das relações sociais. Em revanche, equivale a identificar e assinalar teoricamente o caráter determinativo de uma categoria, ou de um *caráter* desta particular, para o modo de produção da vida humana, o qual é historicamente configurado. Modo de produzir que contém, como parte decisiva e pressuposição eliminável, um dado comportamento real ativo frente à natureza, no curso do qual se mantém fisicamente a vida humana por meio da apropriação do natural numa figura transformada. Assimilação humana da natureza que se configura de modos diversos histórica e societariamente. Mas que não resume ou resolve a totalidade das manifestações humanas. A denominada *determinação econômica* remete exatamente à categoria, ou ao conjunto de categorias, que exerce o papel concreto de momento preponderante no todo articulado efetivo e finito de formas de ser de atividade vital e produtos. Relação preponderante que subsume concretamente as demais formas num dado campo do processo de produção social da vida humanas. E isso não somente em relação àquelas categorias imediatamente referentes à produção de riquezas. Por assim dizer, o momento preponderante fornece o *tom* na qual são executadas as demais relações, impondo-se progressivamente como a forma *par excellence* da interatividade humana em seu todo, e em cada uma de suas facetas. A *forma mercadoria*, em certo sentido, migra para as esferas de atividade distantes da produção de riqueza e passa a vigor *analogicamente* como a forma de aparição de todas as objetivações humano-sociais. É dessa maneira que opera o exame marxiano das posições dos economistas, dividindo-os entre os que se arrimam ao menos nas franjas da determinação formal do trabalho produtivo e aqueles que se orientam pela produção de um produto material ou duradouro. O ponto essencial é a delimitação estatuída pela identificação das categorias como *formas de ser, formas da interatividade social* que particularizam e condicionam tanto os indivíduos quanto sua atividade e seus produtos. Assim, *capital, mercadoria, produtividade* etc. não são “coisas”, mas, cada qual, um dado *caráter* ou *forma social objetiva de existência*, que o conjunto da interatividade e cada um de seus elementos se revestem.

Referências bibliográficas

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARX, K. *Das Kapital, erster Buch*, In Marx-Engels Werke, Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1998.

_____. *Theorien über den Meherwert*, In Marx-Engels Werke, Band 26.1. Berlin: Dietz Verlag, 1993.

VAISMAN, E. *A determinação Marxiana da Ideologia*, manuscrito, Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.